

PATRIMÓNIO DA ÁGUA NAS COMUNIDADES DA SERRA DOS CANDEEIROS

António Valério Maduro

Instituto Universitário da Maia

Cedtur – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico

Rua dos Florindos, 5, Andrinos

2410-410 Leiria

avmaduro@gmail.com

Resumo:

Em virtude de um arrojado plano agronómico promovido pelos monges cistercienses de Alcobaça, entre os finais do século XVII e o curso do século XVIII, a maior mata de folhosas dos coutos, localizada no colo da Serra dos Candeeiros, dá lugar a extensas plantações de olival. Para alcançar este feito o mosteiro desenvolve uma política de colonização de forma a conquistar braços para os trabalhos culturais da oliveira. As populações têm de conviver com condições adversas à vida, nomeadamente a falta de águas de nascente e um solo magro e pedregoso, de que resulta fraca cópia de frutos. O povoamento desenvolve-se em torno das escassas lagoas permanentes que pontuam na charneca serrana. Para além deste recurso, as populações cooperativamente edificam cisternas e poços para recepcionar as águas pluviais. Graças a estas estratégias conseguem obter a água indispensável para os gastos familiares, pecuária de gado miúdo e animais de trabalho, hortas e milheirais. A partir da década de 20 do século transacto o desafogo económico de alguns agregados familiares permite a edificação de cisternas privadas, mas a maioria da população tinha de se contentar com o aproveitamento dos poços comunitários, com a deslocação diária às fontes localizadas na área fértil e ainda celebrar contratos de fornecimento de um cântaro de água diário em troca de géneros e serviços na lavoura do proprietário.

Palavras-Chave: Cister, Mosteiro de Alcobaça, Património da Água, Cultura material.

Resume:

Due to a bold agronomic plan promoted by the cistercian monks of Alcobaça, between the late 17th century and the mid 18th century, the biggest wood of oak trees belonging to the local clerical lands located on the center of the Candeeiros mountain range, gives place to extensive olive grove plantations. To achieve this accomplishment, the monastery develops a colonization policy as a way of conquering arms for the olive tree's labours. The populations have to live alongside conditions that are adverse to life, namely the lack of spring waters and a poor and stoney soil, from which results a weak fruit crop. The population develops itself along scarce permanent lagoons spread over the mountain heath. Besides this resource, the populations build cooperatively cisterns and wells to welcome the storm waters. Thanks to these strategies they can obtain the indispensable water for the family usage, sheep cattle and working animals, gardens and corn fields. From the previous century's twenties onward, the economic affluence of a few households allows the construction of private cisterns, but the majority of the population had to settle with the utilization of community wells, with the daily dislocation to the fountains located at the fertile area and also celebrate supply contracts of a daily pitcher of water in exchange for goods and services in the landlord fields.

Key words: Cistercian; Monastery of Alcobaça; Water Patrimony; Material culture.

1. Introdução

A vinda dos cistercienses para Alcobaça insere-se num duplo contexto, por um lado a procura de reconhecimento político e diplomático internacional por parte do jovem reino e, por outro, a expansão europeia da Ordem e do seu ideário de vida, organizado em comunidades auto-suficientes devotadas à salvação das almas.

Ordem de natureza contemplativa e senhorial, os cistercienses rejeitam tanto a urbanidade como o compromisso feudal de Cluny, recuperando na íntegra as exigências espirituais e materiais da Regra de S. Bento. De facto, estes monges sacralizam o trabalho braçal, quebrando de modo singular a dicotomia entre o corpo e o espírito. Os trabalhos e os dias da comunidade na procura incessante de Deus articulam, em grande harmonia, os tempos

de entrega às actividades espirituais com as tarefas mais rudes que envolvem o pavimento material dos frutos da terra. Nesta perspectiva, o olhar sobre o território responde a um plano que não se compagina com a rasa do temporal, na realidade o agrosistema desenvolvido pelos monges, reputados como belos “ agrónomos”, carece de uma compreensão que se filia no transcendente. A transformação do selvagem em culto, a domesticação da natureza através da inseminação da terra e reprodução dos frutos reflecte uma continuidade da criação e, nessa medida, a elaboração de paisagens, com ordem e regra justa, constitui um acto verdadeiramente genésico. Mesmo quando o fardo do espírito, das rotinas, e de uma atitude progressiva de displicência das regras poupa o corpo ao sacrifício das alfaias, o espaço dominial continua a ser uma prioridade, não só pelo sentido venal das rendas, bem marcado pelas relações de propriedade e produção, mas, sobretudo, pela procura incessante de ordenamento do espaço físico, espaço definido através uma matriz ideológica, cultural e simbólica.

Esta breve análise introdutória conduz-nos à modernidade e ao derradeiro plano que os cistercienses conduzem no território, entre a segunda metade do século XVII e curso do século XVIII, chamando para a economia de frutos tanto as áreas agrestes e estéreis do sopé da Serra dos Candeeiros, como as áreas alagadas e palustres do litoral coutado. Numa obra magnífica com recurso a engenharia hidráulica alteram o trânsito dos rios, drenam as águas que alagavam os campos da Maiorga, Cela e Valado numa supressão continuada dos pauis e instalam o sistema lombardo de irrigação, referenciado, em 1794, pelo aristocrata inglês William Beckford (2009: 92), trabalhos que vão permitir disseminar a mancha do milho maiz (o milho grosso americano), já no espaço de sequeiro do regaço da Serra dos Candeeiros as matas de carvalhos e os matos vão ser arroteados para dar lugar a uma enorme população de oliveiras que vão, gradualmente, tomar conta do extenso plaino.



Fig.1 – Olival da Lagoa do Ferro, S. Vicente de Aljubarrota. Autor: P. Guerra Fig.2 – Olival da Quinta de Val de Ventos, Turquel. Autor: A. Maduro

Relevando o papel útil da abadia no desenvolvimento integrado dos coutos, o reverendo Frei Fortunato de S. Boaventura na *História Cronológica e Crítica da Real Abadia de Alcobaça* (1827:31) dá, como evidência, aos detractores das Ordens religiosas e, em particular

dos cistercienses, as grandes plantações serranas mostrando o carácter injusto e ignorante dessas prédicas.

"Quantos, ao seguirem a estrada que vai de Coimbra para Lisboa, por entre os grandes olivais, que pertencem ao dito Mosteiro, se lastimão de que o Rei mais piedoso, que discreto possesse em mãos de Frades tão productivas, e excelentes porções de terreno, sem advertirem que esses mesmos olivais não existião há duzentos annos, e que a certeza de que esses sitios estereis, e pedregosos não cedião a qualquer outro género de cultura, foi quem determinou os monges a lançarem mão da que mais convinha ao seu Mosteiro, e ao público!".

É sobre este espaço cársico, naturalmente repulsivo à vida pela carência absoluta de águas de nascente (o manancial existente nos lençóis freáticos era inacessível às disponibilidades tecnológicas do tempo), que nos vamos debruçar. Frei Manuel de Figueiredo na resposta às "Perguntas de Agricultura dirigidas aos lavradores de Portugal", inquérito promovido pela Academia Real de Ciências, em 1787, declara que: "Nos termos de Aljubarrota, Évora, e Turquel, Alvorninha e toda a borda da Serra em toda a extensão desta Comarca não tem uma só fonte. A terra é tão fechada que conserva as águas das chuvas em lagoas artificiais, de que gastam os povos, e bebem os gados. Ainda que se busquem as águas não se descobrem, por irem muito fundas e serem as entranhas da terra formadas de penhas brancas, e vazadas, que não podem suster as mesmas águas" (MADURO, 2013:351).

Ao constrangimento da falta de água acresce a natureza do solo, magro e infestado de pedra solta, de grandes panos de exsurgências calcárias que limitam a terra arável e trazem dificuldades acrescidas aos trabalhos da lavoura, castigando, de forma severa, a vida social e material campesina. Apenas nos "valicotos" (vales estreitos) e nas "covadas" (depressões entre os montes) que, por acção do escorregamento erosivo, acumulam as terras negras ou vermelhas, ricas de húmus, as terras de "felgar", é que o solo é genuinamente produtivo, permitindo colheitas abundantes de azeitona e milho. Trata-se agora de perceber a força da Abadia em conseguir atrair homens e mulheres para povoar e trabalhar um espaço físico tão adverso. Só garantindo o povoamento era possível assegurar os trabalhos da desmatação do colo da Serra, erradicando, gradualmente, o carvalhal, fazer a espedrega dos terrenos, plantar o estacal e fazer os amanhos e granjeios que as tanchoeiras exigem para vingar e frutificar generosamente.



Fig.3 – Tanchoal de Val de Ventos, Turquel. Autor: P. Guerra



Fig.4 – Amanhos do olival da Ataija, S. Vicente de Aljubarrota. Autor: P. Guerra

A plantação do olival senhorial constituiu o elemento potenciador do enraizamento demográfico e da construção social e cooperativa das comunidades. As fontes comprovam o seu papel decisivo na expansão dos núcleos populacionais e na formação de novas comunidades de vizinhos. O numeramento joanino de 1527 traça um quadro ermo para a charneca serrana, nomeando apenas lugares como a Ataija de Cima (S. Vicente de Aljubarrota), com dez vizinhos, e Candeeiros e Casais da Charneca, no termo de Turquel, com vinte e um. O impacto da plantação do olival no cômputo demográfico já é atendível nas informações prestadas pelo *Dicionário Geográfico*. Na freguesia de S. Vicente surge o lugar dos Covões, com dezassete vizinhos, e da Lagoa do Cão, com seis (indicativo do papel das lagoas na chama do povoamento)... No termo de Turquel, entre outras comunidades, nomeamos os Casais da Moita do poço, com onze vizinhos (a toponímia do lugar permite deduzir a abertura de um “poço roto”, acto imprescindível para a apropriação humana do espaço).

2. A Tecnoeconomia da água: as estruturas comunitárias

Estrategicamente, as populações que se vão fixar no sopé serrano escolhem a proximidade das lagoas, baptizadas vulgarmente de barreiros, que conseguem garantir reservas permanentes de água ao longo do período estival. Graças a estes pontos de água dispersos na charneca floresce a actividade pastoril, dessedenta-se o gado de canga, faz-se a lavagem das meadas de lã e das roupas domésticas, mantêm-se as culturas mimosas indispensáveis à dieta alimentar, como hortas e leguminosas, algumas árvores frutíferas ou acode-se ao milho, quando a pluviosidade ou os nevoeiros matinais eram insuficientes para a cultura vicejar, assiste-se à laboração dos lagares de azeite, nomeadamente ao serviço da

caldeira para a escalda da massa da azeitona e queima do azeite (as “fábricas” de azeite do mosteiro que assistem os olivais da serra têm assentamento nas proximidades das lagoas, daí verificar-se a tentativa de controlo da água por parte da instituição monástica o que protagonizou revoltas populares contra o poder senhorial, nomeadamente quando os monges tentam aprisionar a Lagoa Ruiva na cerca da casa do monge lagareiro da Ataija).



Fig.5 – Frete da água na Lagoa Ereira, Casal da Lagoa, Turquel. Autor: J. Maurício

Em períodos de seca extrema chegava a interditar-se o uso da água das lagoas para regas a fim de garantir as necessidades dos animais (considerava-se reprovável desviar águas de cisternas e poços para usos de gado, excepto em caso de comprovada doença do animal). Este acordo tácito entre as comunidades era, todavia, frequentemente violado, o que explica queixas repetidas ao município e um acréscimo de conflitualidade entre vizinhos¹.



Fig.6 – Casa do Monge Lagareiro, Ataija de Cima, S. Vicente de Aljubarrota. Fig.7 – Lagar da Laje, Azenha de Cima, Turquel. Autor: A. Maduro

A par destes espelhos de água naturais, levantam-se cisternas e poços do povo, empreendimento colectivo, eventualmente com orientação de oficiais das artes, que reflecte uma auto-organização por parte das populações, a fim de minorar as circunstâncias adversas

¹Veja-se: *Semana Alcobacense*, 1257, de 27/09/1914; 1360, de 17/09/1919.

da natureza. Os poços, sem nascente, designados por “poços rotos” e as cisternas comunitárias respondem, por regra, à natureza e razão do solo. Para abrir um poço tinha de se escolher um terreno com características argilosas que ajudasse a reter as águas pluviais. Contava-se com o aproveitamento da pedra proveniente da limpeza dos terrenos (que se acumulava nos maroiços) e do arranque nas caboucas. A estrutura do poço crescia com a sobreposição de “pedra insonsa”, pedra sem ligação de argamassa, facilitando assim a recepção das águas que se infiltravam no subsolo. Para ampliar a capacidade de retenção, alguns poços possuem um fosso com cerca de meio metro de profundidade para o qual se encaminham as regueiras dos campos. Estes poços, caso do poço do povo dos Covões, do Carrascal e do poço Laranja da Ataija de Baixo, possuem em média 3 a 4 metros de diâmetro e 5 a 8 metros de profundidade.



Fig.8 – Poço do povo dos Covões, Prazeres de Aljubarrota. Fig.9 – Poço Laranja da Ataija de Baixo, S. Vicente de Aljubarrota. Autor: A. Maduro

Os poços de serviço público só entram em desuso com a vitória das águas privadas realidade que se afirma com a construção de cisternas no espaço intramuros. Mas nem todos podem beneficiar desta solução confortável registando-se assimetrias no espaço serrano, em virtude das diferenças de capacidade económica dos agregados familiares. Aliás, a desigualdade de condições económicas e sociais entre as comunidades leva a que se solicitem verbas ao município tanto para abrir novos poços, como para aterrar outros², realidade extensível às lagoas permanentes³. Como pedido de obras novas, temos o do povo do Lavradio, termo da Benedita, em 1874, que apresenta o orçamento de abertura de um poço, justificando a necessidade da obra pela carência de água, situação que se potencia durante o estio⁴. As fontes voltam a registar um pedido formulado, no ano de 1919, por parte da comissão de moradores da Lagoa das Talas, de um subsídio para a construção de um poço, obra que declaram já ter iniciado⁵.

²*Semana Alcobacense*, 1653, de 08/04/1923.

³*Semana Alcobacense*, 1614, de 02/07/1922.

⁴Acórdãos das Sessões Camarárias de Alcobaça, lv.16, p.38, de 07/09/1874.

⁵*Semana Alcobacense*, 1171 de 02/02/1919.



Fig.10 – Eira de poço, Casal do Rei, Prazeres de Aljubarrota. Fig.11 – Eira de cereais e eira de poço, Carrascal, Prazeres de Aljubarrota. Autor: A. Maduro

As cisternas comunitárias nascem de aproveitamentos de concavidades naturais dos afloramentos calcários que, em muitos casos são ampliados com escavação. Ao contrário dos poços, o reservatório das cisternas tem de garantir estanquicidade, impermeabilizando-se com lajes e barro as aberturas e fracturas da base e das laterais. Estas cisternas térreas armazenam as águas pluviais em virtude de uma inclinação natural do lajedo da superfície, desnível baptizado por eira de poço. Refira-se que, no espaço cársico, as eiras empedradas ou de amassadura de cal, tanto públicas como privadas, acrescentam, à função de debulha e seca de cereais e leguminosas, a missão de recolha das águas pluviais, dispondo, para o efeito, o piso ligeiramente inclinado. Quanto à dimensão, estima-se uma relação entre os 2 a 3 metros de diâmetro por 4 a 6 metros de profundidade. Para garantir a salubridade das águas mandava o costume colocar alguns peixes no interior, assim como encarregar os jovens pastores de limpar os excrementos dos rebanhos que podiam contaminar as águas, surgindo em alguns bocais da cisterna ralos de folha para impedir a entrada de detritos e animais. O seu uso estava ainda condicionado ao tempo necessário “para a água limpar”, só estando as águas próprias para consumo pelo mês de Maio.

A necessidade de criar condições de aprovisionamento das águas pluviais e viabilizar a exploração agro-pecuária foi igualmente sentida pelo Mosteiro na quinta setecentista de Val de Ventos, onde manda assentar magníficos tanques e cisternas.

A uma cota de 310m, no vale dos Corutos, levanta-se a Pia da Serra, construção que teve lugar no triénio de Frei José da Cunha (1720-1723). Trata-se de uma estrutura de planta rectangular, aproximadamente com 15 metros de comprimento por 9 metros de largura e uma altura máxima de perto de 3 metros. Esta construção robusta de pedra calcária aparelhada recebe como acabamento uma cobertura de abóbada de berço. As águas afluem à cisterna através das caleiras da estrutura e de uma eira de poço reforçada pela gravação profunda de sulcos na superfície calcária (MADURO, 1997:54; MADURO, MASCARENHAS, JORGE, 2015: 46-47). A cisterna e seu logradouro estão protegidos por uma cerca de pedra.



Figs – 12 e 13 Pia da Serra da Quinta de Val de Ventos (perspectiva anterior e posterior). Autor: A. Maduro

Esta cisterna para além de fornecer água potável aos trabalhadores da quinta, permitia acudir ao pomar de laranjeiras da China e limas e dar de beber aos rebanhos em pias dispostas para o efeito. A par da Pia da Serra, o Geral da Ordem, Luís Pereira, manda, no último quartel do século XVIII, levantar na quinta dois colossais e contíguos tanques de armazenamento das águas pluviais (RIBEIRO, 1908:154).



Fig.14 – Pia das Obras ou do Olival da Quinta de Val de Ventos, Turquel. Autor: A. Maduro

Estas estruturas, de planta rectangular, concebidas em bloco de alvenaria, exibem “157 palmos de comprimento 156 de largura 20 de alto e 19 de grossura nas paredes (...)”⁶. A capacidade estimada de um destes tanques é de 5.500m³ (SILVA, ALARCÃO, CARDOSO, 1961: 686). A denominada Pia das Obras ou do Olival, localizada a 800metros a oeste da Pia da Serra, fornecia água para a laboração dos lagares de azeite e vinho, para a pecuária e, eventualmente, para a rega das fruteiras e demais culturas de consociação.

⁶B.N.P., códice1484.

3. Das Águas em comum ao usufruto privado

A partir dos anos 20 do século transacto começam a divulgar-se os poços e as cisternas privadas que, a par da eira e dos cómodos de arrecadação das arcas dos cereais e das pias do azeite, constituem um sinal de abastança do agregado familiar.

O quadro tipológico das cisternas ao nível da cobertura é diversificado. Cruzam-se exemplares de planta circular e de cobertura em cúpula de pedra com outros de planta rectangular e cobertura em abóbada de berço ou de telhado de duas águas em telha de canudo. Por medições efectuadas no decurso do trabalho de campo, as cisternas com cobertura em cúpula apresentam as seguintes dimensões – 2 a 3 metros de diâmetro e 6 a 8 metros de profundidade do reservatório; as cisternas com cobertura em abóbada de berço – 3 a 4 metros de comprimento, 2 a 3 metros de largura e 6 a 8 metros de profundidade e as cisternas com telhado de duas águas – 1,5 a 3 metros de comprimento, 1,5 a 2 metros de largura e 3 a 5 metros de profundidade. A recepção das águas pluviais faz-se, para além da colecta directa proveniente da cobertura da cisterna, através do aproveitamento das águas dos telhados das “casas” circunvizinhas, sendo a água conduzida por caleiras de pedra, telha, madeira e mais modernamente de zinco.



Figs. 15 e 16 – Cisternas com cobertura em abóbada de pedra, Casais de Santa Teresa, S. Vicente de Aljubarrota. Autor: A. Maduro

Os cuidados com a protecção e salubridade das águas vão desde a rejeição das primeiras águas outonais, a fim de permitir a limpeza eficaz das coberturas e calhas/colectores de recepção, como garantir na construção um vão apropriado entre o depósito das águas e a cobertura da cisterna, assim como a presença de um óculo de respiração para facilitar o arejamento e evitar que as águas ganhem o gosto a bafio, a auxiliar esta preocupação é revelador o cuidado anual de cair as cisternas para evitar os excessos de temperatura, trabalho que era apenas extensível à casa das tulhas (cereais) e pias (azeite). A presença de

peixes capturados à rede pelas crianças no rio Alcoa, entre outros cursos de água, evitava que as águas pudessem “chocar”.



Figs. 17 e 18 – Cisternas exibindo Cruz e nicho de Santo, Casais de Santa Teresa, S. Vicente de Aljubarrota. Autor: A. Maduro

Para protecção das águas recorria-se ainda à intervenção divina. Na tipologia de abóbada de berço, a bênção das águas era assegurada pela presença de um Santo (vulgarmente o Santo padroeiro do lugar ou Santa Quitéria) colocado num nicho da cisterna ou, em alternativa, a frontaria era encimada por uma cruz (VASCONCELOS, 1982:71; NATIVIDADE, 1916:107).



Fig.19 – Pia com tampa, Casal do Rei, Prazeres de Aljubarrota. Autor: A. Maduro

A acompanhar as cisternas encontramos as pias de pedra que evitam o desperdício da água que jorra na bica ou gárgula. Estes depósitos de 5 a 20 almudes, com ou sem tampa, nasciam de um bloco de qualidade inferior, dado que as pedras de qualidade eram utilizadas para guarda do azeite. Graças a estas pias que muitas vezes também recepcionavam a água dos beirais regavam-se as hortas e dava-se de beber ao gado.



Fig.20 – Cisterna com imagem de Nossa Senhora. Autor: A Maduro

Nem todas famílias as serranas tinham cabedal para mandar assentar uma cisterna. A necessidade de água para consumo obrigava as populações a frequentes deslocações diárias às fontes de chafurdo ou mergulho dos locais beneficiados por águas de nascente, assim como aos poços do povo. Era comum fazer duas viagens por dia para atestar o cântaro de almude, podendo estimar-se uma distância média entre 3 a 5 km e um dispêndio de tempo de uma a duas horas diárias. Passa também a ser usual o recurso a contratos de fornecimento de água. Por norma o serviço da água não excedia os dois cântaros de almude diários, podendo ser reforçado com mais um cântaro quando se cozia pão. O pagamento podia ser prestado em dinheiro, géneros e trabalho na lavoura do proprietário.

Em casos de seca prolongada estabeleciam-se contratos de fornecimento de água para as sementeiras de milho, cabeças de gado, lagares de azeite, fretes que os carreiros satisfiziam abastecendo os cascos e dornas no leito das lagoas que resistiam ao estio, nas ribeiras ou até em alguns poços. A água quando potável também era vendida por estes homens ao cântaro (MADURO, 1997:66-67).

A conflitualidade em torno da água fazia-se sentir na serventia das fontes e lagoas que as comunidades reivindicavam como benefício exclusivo agravando-se a intolerância em tempos de maior escassez. Considerava-se até que as disputas em torno da água contribuía para a redução do veio porque o “espírito” que anima este elemento não se compraz com confronto entre os homens. A atribuição de vontade à água é aliás comum no imaginário popular, daí se afirme que entre a uma e as duas horas da manhã a água que flui nas regueiras adormece ou se torna preguiçosa e que os próprios rios e ribeiras abrandam o seu curso.

O furto da água em poços e cisternas ampliou o rol da criminalidade, saliente-se que as cisternas eram cuidadosamente fechadas a cadeado quando a habitação ficava apenas na tranqueta.

O problema da água só se resolve com a abertura generalizada de furos por volta dos anos 80 e com o acesso à rede de água canalizada na década seguinte.

4. Conclusão

A falta de água actua como um poderoso constrangimento que marca e delimita um território e influencia negativamente a vida material e social das populações. Estabelece-se assim uma fronteira física e cultural entre uma área de carência extrema e outra em que a água brota copiosamente. Numa economia tradicional e de subsistência a ausência de água impunha a exclusividade do sequeiro emagrecendo a renda dos frutos da terra. Estas dificuldades levaram as comunidades a organizar-se, a criar estruturas de aprovisionamento das águas e a partilhar em comum este bem minimizando, na medida do possível, os conflitos de uso. Nas primeiras décadas do século XX, o maior desafogo económico leva à difusão das cisternas privadas, mas o abandono dos sistemas comunitários só se produz por meados do século. O valor das águas reflecte-se nos contratos de abastecimento, nas cláusulas testamentárias que salvaguardam o uso do poço pelos parentes.

Com a resolução do abastecimento de água às populações a arquitectura da água entra em risco por perda de utilidade. O desafio actual consiste em preservar e conservar este património rico e diverso tipologicamente, consciencializando as populações do seu valor histórico e cultural, procedendo à sua musealização e integração em roteiros de visita.

Bibliografia

- ANTUNES, Alfredo et al. – *Arquitectura Popular em Portugal*, Vol.II. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- BECKFORD, William – *Alcobaça e Batalha. Recordações de Viagem*. (Introdução, tradução e notas de Iva Delgado e Frederico Rosa). Lisboa, Veja, 1997.
- BERNARDES, João. *Fátima Tradicional*. Fátima, 1992.
- FERNANDES, João Luís – *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho. O olhar de um geógrafo*. Edições Colibri, 2000.
- GARCIA, Eduíno Borges – “A Área Cultural de Alcobaça”. In: *História*, 95, 1986, pp.50-66.
- MADURO, António Valério – *O Problema da Água na Serra dos Candeeiros*. Alcobaciana 5. Alcobaça, Adepa, 1997.
- MADURO, António Valério – *Cister em Alcobaça. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX)*. Porto: ISMAI, 2011.

- MADURO, António Valério – “O Inquérito Agrícola da Academia Real de Ciências de 1787. O Caso da Comarca de Alcobaça”. In: *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*, Tomo III, 2013, pp.319-354
- MADURO, António Valério; MASCARENHAS, José Manuel de; JORGE, Virgolino Ferreira – “A Construção da Paisagem Hidráulica no Antigo Couto Cisterciense de Alcobaça”. In: *Cadernos de Estudos Leirienses 5*. Leiria, Textiverso, 2015, pp.29-60.
- MARTINS, Alfredo Fernandes – *Maciço Calcário Estremenho*. Coimbra, 1999.
- NATIVIDADE, Manuel Vieira – “O Povo da Minha Terra. Notas e Registo de Etnografia Alcobacense”. In: *Terra Portuguesa. Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*, 17-20, 1916, pp. 97-166.
- RIBEIRO, José Diogo – *Memórias de Turquel*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1908.
- SILVA, Carlos; ALARCÃO, Alberto; CARDOSO, António Poppe Lopes – *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.
- SILVA, Carlos Mendonça da coord. – *Roteiro Cultural da Região de Alcobaça. A Oeste da Serra dos Candeeiros*. Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça, 2001.
- VASCONCELOS, José Leite de – *Tradições Populares de Portugal*. Porto, 1982.